



Resumo de Notícias

CANAL DE VOZ



Embratel Claro

Negociações Coletivas 2015/2016

Asembleia com os/as trabalhadores/as

O Sinttel-ES convoca os/as trabalhadores/as no Grupo Claro para uma assembleia objetivando tratar de assuntos da campanha salarial 2015/2016.

Dia 01 de fevereiro de 2016

Na Claro
às 9h (Avenida N^a Sr^a dos Navegantes, Praia do Suá) e

Na Embratel, às 13h30
Avenida Jerônimo Monteiro, Centro de Vitória, no Auditório da Empresa.

COMPAREÇAM!



Resumo de Notícias

28/01/2016 - Teletime

Anatel arrecada R\$ 5,4 bilhões com Fistel e R\$ 2,2 bilhões com Fust em 2015

A Anatel arrecadou, de janeiro a dezembro de 2015, R\$ 5,4 bilhões com o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). O maior valor foi pago em março, de R\$ 2,6 bilhões, em função do leilão da faixa de 700 MHz. Em dezembro, o valor obtido foi de R\$ 21,1 milhões. Desde 1997, quando foi criada, a taxa já rendeu R\$ 67,7 bilhões aos cofres do governo.

Com o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), a agência arrecadou, de janeiro a dezembro do ano passado, R\$ 2,2 bilhões. Desde a criação do fundo, em 2001, os valores somados chegaram a R\$ 20 bilhões.

Ainda em 2015, a Anatel arrecadou com a Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) R\$ 312 milhões, de janeiro a dezembro. Esses recursos são destinados à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para que esta empresa possa cumprir com suas obrigações legais: a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos. Entretanto,

algumas operadoras contestam a taxa na Justiça, o que diminui a arrecadação.

A divulgação da arrecadação, feita mensalmente pela Anatel, foi incentivada recentemente pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que, em auditoria, apurou diferenças substanciais entre os valores anunciados pela agência e os registrados pelo Tesouro Nacional, que fica com a verba. Menos de 6% das duas taxas são aplicados no setor.

A informação apresentada pela Anatel foi de uma arrecadação de R\$ 67,2 bilhões do Fistel, entre 1997 e 2015, e que o saldo financeiro em junho de 2015 estava em R\$ 64,8 bilhões. O Tesouro Nacional apontava, para o mesmo período, uma arrecadação de R\$ 82,2 bilhões e saldo de R\$ 15,4 bilhões, admitindo o uso de R\$ 51,5 bilhões destinados a despesas diversas, nem todas passíveis de identificação. O TCU deu prazo até abril para que os dois órgãos façam a conciliação desses valores.

29/01/2016 - Instituto Telecom

Marco Civil corre risco de conflitar com lei de proteção a dados pessoais, alerta advogado

A minuta de regulamentação da neutralidade de rede e da guarda de dados publicada pelo Ministério da Justiça na última quarta-feira, 28, traz em seu texto uma definição de dados pessoais. A princípio, ela é a mesma descrita na atual versão de outro anteprojeto de lei, justamente aquele que trata da proteção de dados pessoais. O problema é que este último ainda está em processo de elaboração, seu texto pode mudar antes de ser enviado ao Congresso e, claro, pode vir a ser alterado pelos próprios congressistas no futuro. Além disso, a lei do Marco Civil não previa que seu regulamento definisse o que são dados pessoais, o que pode gerar contendações. O alerta do potencial conflito entre as duas leis parte de Rafael Pellon, advogado especializado em direitos digitais, sócio do escritório FAS Advogados e consultor jurídico do MEF.

“A partir do momento que se detalha demais o Marco Civil há o risco de se criar uma regulamentação que não vai ter muito tempo de vida”, avalia Pellon.

O advogado critica também o fato de a minuta não tratar da anonimização dos dados, assunto relacionado diretamente à questão do armazenamento, responsabilidade do Marco Civil. “A minuta fala que as empresas precisam publicar relatórios mas não prevê nenhum método de anonimização dos dados. Como impedir que dados sejam comercializados sem que o usuário permita? Provavelmente isso vai ficar para o anteprojeto de proteção de dados pessoais”, comenta.

Elogios

Por outro lado, Pellon considera acertada a decisão de não incluir a discussão sobre modelos de negócios, como o zero-rating, dentro da regulamentação. “Senão a lei precisaria ser modificada mensalmente, porque toda vez que inventassem um modelo ela precisaria ser rediscutida”, argumenta. Ele também elogia o processo colaborativo e transparente de elaboração do anteprojeto, que considera democrático, inédito e inovador.



Resumo de Notícias

28/01/2016 - Telesíntese

Mercado de TIC brasileiro fechará 2016 no azul, afirma IDC

O mercado de tecnologias da informação e comunicação terá um ano desafiador pela frente, impactado pela crise econômica, mas não vai se desviar de sua trajetória ascendente, conforme projeção da consultoria IDC Brasil. A empresa de análise de mercado divulgou na tarde desta quinta-feira, 28, dez previsões para o setor no país. No material, calcula que o mercado de TICs vá crescer 2,6%. Em 2015 o crescimento ficou pouco acima de 5%. A título de comparação, o PIB brasileiro pode apresentar retração de 3,5% este ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

É justamente o cenário de dificuldades que vai orientar o investimento das empresas em TICs. Com menos margem para erros, as grandes companhias e médias empresas vão acelerar os gastos na transformação digital, que consiste em ampliar o uso da chamada terceira plataforma para ganhar eficiência e se diferenciar das concorrentes. Terceira plataforma é o nome dado ao conjunto de tecnologias que reúne big data, analytics, social e mobilidade.

As vendas de dispositivos eletrônicos continuarão a cair este ano, mas o Brasil não deixará de ser um dos mais importantes mercados do mundo para as grandes fabricantes. A IDC Brasil calcula que sejam vendidos 40 milhões de celulares, 6 milhões de PCs e 5 milhões de tablets. As vendas serão mais baixas por causa da menor demanda e aumento de preços, feitos em função da alta do dólar e fim de benefícios fiscais. A consultoria estima que, sozinho, o fim dos incentivos da Lei do Bem para fabricação de smartphones derrubará as vendas em 15%.

Outra previsão da empresa de análise de mercado diz respeito à internet das coisas. Este segmento vai movimentar US\$ 4,1 bilhões no país neste ano, puxado por investimento das empresas que efetuam a transformação digital. A quantidade de soluções em hardware e software deve se multiplicar. Mesmo nos lares, o consumidor já começa a aderir à IoT no país. A IDC estima que hoje 10% da população enquadrada nas classe A e B já tenham aparelhos conectados à internet e que não são smartphones ou computadores. Este mercado de IoT

doméstico vai movimentar US\$ 37 milhões.

Os pagamentos móveis são o foco da quarta previsão da consultoria. Em 2016 eles devem crescer no país, com adesão maior da população não bancarizada. A empresa considera pagamento móvel qualquer transação de pagamento feita por aplicativo no dispositivo móvel ou usando tecnologia NFC embarcada no celular, e desconsidera os pagamentos feitos por sites pelo navegador no smartphone, por exemplo. A IDC afirma que existem no país 40 milhões de celulares com NFC. Em 2016, 30% das transações financeiras serão de pagamentos móveis. Em 2014, esse percentual era de 10%, e em 2012, de apenas 2%.

O setor de telecomunicações viverá um ano sombrio, de grandes transformações. A IDC Brasil não sabe precisar ainda como ficará a receita dos grandes grupos, mas estima que em um segmento de atuação, o corporativo, haverá queda na demanda. Com isso, o mercado total de serviços "business" fechará 2016 com retração de 0,5%. Essa queda é reflexo da queda de consumo em voz fixa e voz móvel, e aumento do consumo de dados. A oferta de serviços de dados, TI e data center não vai aplacar a menor demanda.

A empresa mantém as estimativas passadas, de que o mercado de dados será maior que o de voz em 2018, embora as operadoras falem sobre isso acontecer antes. "O que eles consideram dados é diferente do que consideramos. Eles acrescentam aí SVA, que é uma enorme caixa preta e entram outros serviços", explica João Bruder, coordenado de pesquisa em telecom da IDC Brasil. Maior demanda por dados exigirá infraestruturas de redes mais robustas. O foco dos investimentos das operadoras no ano devem ser as redes 3G e LTE Advanced.

Outra previsão para 2016 inclui o desencanto com o BYOD por motivos de segurança. As empresas tenderão a preferir dar devices para os funcionários usarem no trabalho do que permitir que eles usem os dispositivos pessoais. Cerca de 50% das empresas vão restringir o BYOD, e 70% vão adotar controles dos dispositivos móveis usados no trabalho (hoje, 55% das empresas fazem isso).



Resumo de Notícias

A nuvem manterá o crescimento, com empresas buscando mais serviços na rede pública para reduzir custos. O Brasil deve se apresentar como um palco diferente do resto do mundo nesse quesito. Enquanto nos mercados maduros haverá movimentos de consolidação de empresas de serviços em nuvem, por aqui, pelos próximos dois anos, veremos surgir novos players.

A IDC também diz que haverá mais investimentos em segurança, com o orçamento para segurança avançando ao menos 2 pontos percentuais dentro do gasto das empresas com TI. Prevê, ainda, crescimento do mercado de analytics, com chegada ao mercado dos primeiros profissionais formados em cursos especializados na área por instituições de ensino e maior uso das empresas da terceira plataforma. O mercado de analytics vai movimentar cerca de US\$ 811 milhões no Brasil em 2016.

Por fim, a empresa de análise afirma que as estratégias de mercado voltadas ao social (redes sociais, formação de comunidades etc) vão continuar a crescer. Este será o pila da diferenciação dos negócios em um ambiente que estará mais acirrado.

“ 2016 vai ser um ano desafiador, mas não será um ano

negativo. No mercado de TICs o Brasil estará em posição saudável, entre os dez principais mercados do mundo. O país ainda é interessante e importante para o mundo da tecnologia, e deve movimentar entre US\$ 160 bilhões e US\$ 170 bilhões em TICs no ano. Apenas o setor de tecnologia da informação vai crescer 5%”, conclui Pietro Delai, gerente de consultoria e pesquisa para a área de enterprise da IDC Brasil.

América Latina

O Brasil representa quase a metade do mercado de TICs para a região. Mas as condições macroeconômicas que marcaram 2015, como a queda no consumo e desvalorização cambial, não devem se repetir com mesma intensidade na América Latina em 2016. Com isso, a IDC Brasil estima que haverá uma ligeira recuperação na maioria dos países.

Os investimentos em TI somarão US\$ 130 bilhões, e os em telecomunicações somarão US\$ 213 bilhões, um crescimento de 3,3% sobre 2015. Os investimentos em serviços de nuvem pública e privada hospedada remotamente terão aumento de 40%, para US\$ 3,6 bilhões. Enquanto o mercado de IoT crescerá de US\$ 7,7 bilhões em 2014 para US\$ 15,6 bilhões até 2020. Atualmente, 59% das empresas avaliam implantar iniciativas de IoT ainda este ano.

28/01/2016 - Instituto Telecom

Governo adia por 60 dias apresentação das propostas para o Marco Regulatório de Telecom

O Ministério das Comunicações prorrogou por mais 60 dias para que o grupo de trabalho criado com o objetivo de realizar estudos quanto às perspectivas de evolução das concessões de telefonia fixa apresente os resultados dos estudos e as propostas de atos e alternativas de políticas públicas. A prorrogação foi publicada nesta quinta-feira, 28/01, no Diário Oficial da União por meio do Ato nº 441/2016.

A consulta pública do Ministério das Comunicações (MC) sobre o modelo de prestação dos serviços de telecom recebeu, ao todo, 915 contribuições. A página, hospedada na plataforma Participa.br, teve, durante quase dois meses, 5.715 visualizações. Com 32,3% dos comentários, o eixo de debate sobre o Objeto da Política Pública foi o mais popular, seguido pelo eixo da Concessão (28%) e da Política de Universalização (16,9%).

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo secretário de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão, vai apresentar um conjunto de propostas para a análise do ministério das Comunicações, Anatel e do Governo. O GT também deve

incluir uma contextualização do mercado atual, comparações internacionais e propor para avaliação mais de um modelo regulatório, explicando as diferenças entre cada um.

Ao participar do lançamento da consulta pública – em novembro – sobre a revisão do Marco Regulatório de Telecomunicações, o então ministro do Planejamento e, agora, ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, enfatizou que o setor de telecom é tão estratégico para o Brasil como o segmento de petróleo e gás e, por isso mesmo, merece atenção especial – e um debate legislativo.

“Várias oportunidades requerem adaptação a evolução do mercado e demandas da sociedade. E a forma também é importante. Esse é um assunto estratégico, é uma mudança estrutural. Não por acaso isso requer um projeto de lei e o primeiro passo é o governo ouvir a sociedade”, completou. Com o adiamento, fica mais distante o projeto do Ministério das Comunicações de ter ainda no primeiro semestre deste ano, um Projeto de Lei, aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.



Resumo de Notícias

28/01/2016 - Vermelho

Reconhecer desigualdade de gênero e racial é desafio para empresas

Nesta quinta (28) o secretário da Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Paulo, Maurício Pestana, disse que existem os que discriminam negros e mulheres no mercado de trabalho por questões ideológicas e aqueles que “nem sabem porque discriminam”. A declaração foi feita durante a divulgação da pesquisa Perfil Social Racial e de Gênero dos 200 Principais fornecedores da Prefeitura de São Paulo.

Quando era secretário-adjunto da SMPIR-SP, Maurício iniciou diálogo e realizou ações afirmativas com empresas privadas pelo programa São Paulo Diverso, que estimula empresas a criar políticas afirmativas para a população negra.

“Eles disseram que, naquele momento, foi a primeira vez que o setor público no Brasil chamava esses empresários para conversar sobre o tema. A ideia era compartilhar com eles as políticas que estávamos adotando de inclusão dos negros. Agora temos também os dados da pesquisa para embasar as ações”.

A pesquisa, realizada pela Prefeitura de São Paulo e Instituto Ethos, concluiu que a maioria das empresas não acha necessário criar ações de promoção de igualdade racial e de gênero mesmo diante de números em que as mulheres e os negros estão em situação de vulnerabilidade e subrepresentação.

Diálogo

O Portal Vermelho conversou com o presidente da Bayer, Theo van der Loo, que também esteve presente à divulgação da pesquisa em São Paulo. Ele admitiu que também não sabia como abordar a questão racial na empresa. “Tínhamos receio de criar situações difíceis, era um tema delicado”, disse van der Loo.

A primeira ação da empresa foi estabelecer ano passado através de um grupo de trabalho um diálogo com os funcionários negros da empresa para saber qual a percepção deles. “As pessoas da Bayer na realidade sentem que não tem uma discriminação muito

grande. Eles se sentem acolhidos, sentem que tem oportunidades. Mesmo assim é preciso acelerar esse processo”, afirmou o presidente.

A Bayer tem 4.500 funcionários no Brasil e deste total são 2.500 em São Paulo. Van der Loo informou que foi realizada uma pesquisa voluntária com a Fundação Dom Cabral que identificou 15% de negros entre os funcionários da empresa. “Obviamente não reflete a sociedade brasileira que tem mais da metade de negros mas estamos avançando, conseguindo conversar sobre o tema”, contou.

Racismo velado

A secretária da mulher trabalhadora da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (SP), Gicélia Bitencourt, afirmou que em um ano que está no cargo visitando empresas em São Paulo identificou apenas uma, no ramo da construção imobiliária, em que a diversidade é presente no cotidiano dos trabalhadores. “Não está escrito que tem cota mas ela é colocada em prática”, disse.

Gicélia disse que em muitas empresas a cultura discriminatória é praticada de maneira velada nos processos de seleção, por exemplo. Ela citou a admissão em cargos administrativos que exigem qualificação. “Vai uma mulher negra, uma branca e um homem branco. A mulher negra sofre a eliminação ali e principalmente se tiver filho”, complementou.

A falta de oportunidades para as mulheres e principalmente as mulheres negras também contribuem para as práticas discriminatórias. “A mulher do chão de fábrica não tem essa consciência, ela vê que não tem capacidade e que tem que se apegar aquela firma porque em outro lugar não vai se firmar pela idade, pela escolaridade. Acaba se tornando escrava e aceitando certas condições”, disse Gicélia.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275612-8>

28/01/2016 - Vermelho

Governo anuncia R\$ 83 bilhões em crédito para estimular economia



Para impulsionar a produção e recuperar o crescimento, o governo anunciou nesta quinta (28) medidas de estímulo ao crédito, que injetarão R\$ 83 bilhões na economia. Algumas ações de estímulo foram anunciadas mais cedo pela presidenta Dilma Rousseff, no encerramento da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho.

A medida que, segundo o governo, terá mais impacto sobre a economia é a agilização da aplicação dos recursos do Fundo de Infraestrutura do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) em empreendimentos da área e a simplificação da emissão de debêntures de infraestrutura, que liberará até R\$ 22 bilhões. Essa medida, no entanto, necessita de aprovação do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, está a autorização para que parte da multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga em demissões sem justa causa, possa ser usada como garantia para o crédito consignado – com desconto das parcelas diretamente no salário – por trabalhadores do setor privado. A expectativa do governo é que a medida resulte na injeção de R\$ 17 bilhões em crédito.

Em seguida, vem a abertura da linha de crédito para refinarçar as prestações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e do Programa de Finan-

ciamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), que deverá resultar em empréstimos de R\$ 15 bilhões.

O governo também anunciou o reforço da concessão de crédito por bancos públicos com taxas menores que as de mercado. Os principais setores beneficiados serão as micro e pequenas empresas, a construção civil, os exportadores e o agronegócio.

A retomada da linha de pré-custeio agrícola do Banco do Brasil deverá injetar mais R\$ 10 bilhões e a aplicação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Certificados de Recebíveis Imobiliários deverá impulsionar o crédito habitacional também em R\$ 10 bilhões.

A reabertura da linha do BNDES para financiar capital de giro de empresas com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e com redução das taxas de juros deverá resultar na liberação de mais R\$ 5 bilhões. Por fim, o aumento do prazo máximo de pagamento e a redução da taxa de juros da linha de pré-embarque de produtos exportados injetará R\$ 4 bilhões.

Segundo o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, as medidas não resultarão em custo para o governo porque os financiamentos terão taxas de mercado e o governo está apenas simplificando procedimentos e reduzindo riscos, o que ajuda o próprio mercado a reduzir as taxas de juros. “Em relação ao crédito, a maior parte das iniciativas são administrativas. Sem gerar custo adicional para os contribuintes brasileiros. Queremos usar melhor os recursos disponíveis”, declarou.

Com 47 empresários e 45 representantes da sociedade civil e das centrais sindicais, o Conselho é um fórum de discussão sobre medidas a serem adotadas para recuperar o crescimento econômico. Depois de um ano e meio sem reuniões, o colegiado foi reativado recentemente pela presidenta Dilma. Segundo o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, deverão ser feitas quatro reuniões no ano. A próxima será em abril.